

Do desenvolvimento sustentável: análise reflexiva relações sociais e de poder

*Karen Beltrame Becker Fritz**
*Josiane Petry Faria***

Resumo

O presente artigo analisa as relações sociais envolvidas no paradigma do desenvolvimento sustentável. A crise socioambiental revela as nuances do poder, alicerçadas na globalização e na pobreza. São discutidos caminhos para o desenvolvimento sustentável por meio de uma análise que busca restaurar sua dimensão ética e política, enfatizando que, numa economia capitalista e desigual como a brasileira, não se pode discutir sustentabilidade sem enfrentar a desigualdade e a pobreza. Por fim, analisa-se reflexivamente o desenvolvimento a partir da consolidação e rompimento de paradigmas e se apresentará a participação política como estratégia de empoderamento social e construção de uma nova cidadania.

Palavras-chave: Cidadania. Desenvolvimento sustentável. Poder. Relações sociais. Poder.

Introdução

Quando se usa a expressão “desenvolvimento sustentável” tem-se em mente a insustentabilidade ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. As raízes da expressão estão na constatação do caráter finito dos recursos naturais e, também, das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

É nessa temática que o presente estudo busca desenvolver-se, ou seja,

* Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professora da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo. E-mail: karenfritz@upf.br.

** Doutoranda em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul; professora da Faculdade de Direito e coordenadora do Projur Mulher da Universidade de Passo Fundo. E-mail: jfaria@upf.br.

↳ Data de submissão: 15.08.2012. Data de aceite: 01.12.2012.

analisa as relações sociais entre o paradigma do desenvolvimento sustentável e as nuances do poder a partir da globalização e da pobreza. Nesse sentido, o artigo apresentará, além da introdução e da conclusão, quatro seções. Primeiro, busca-se evidenciar a noção de desenvolvimento sustentável e sua posição dominante. Após é apresentado um breve retrospecto sobre a pobreza e a desigualdade no Brasil entre os anos de 1977 e 1999, período compatível com aquele em que se instalou a nova ordem econômica mundial, a partir da crise da década de 1970. Ainda nessa seção identificam-se as contribuições institucionais para o agravamento das disparidades sociais. A seguir, discutem-se caminhos para o desenvolvimento sustentável, através de uma análise que busca restaurar sua dimensão ética e política, enfatizando que, numa economia capitalista e desigual como a brasileira, não se pode discutir sustentabilidade sem enfrentar a desigualdade e a pobreza. Por fim, analisa-se reflexivamente o desenvolvimento a partir da consolidação e rompimento de paradigmas e se apresenta a participação política como estratégia de empoderamento social e construção de uma nova cidadania.

A justificação do trabalho está na crise socioambiental, pois implica o paradoxo de percepção e ação. Indica

que a situação está em desacordo e, de outro lado, leva à crítica, ao movimento, à mudança. Essa atmosfera superficialmente desordenada configura-se no espaço adequado para se repensar a matriz da cidadania, das políticas públicas e, principalmente, das relações entre os homens e desses com o ambiente.

A noção de desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação bastante positiva. O Banco Mundial, a Unesco e outras entidades internacionais adotaram essa percepção para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento, combinando eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica. Esse tripé se transformou em fórmula mágica, presente em toda solicitação de verbas para projetos, de diferentes naturezas, no campo socioeconômico (BRÜEKE, 1996). Tem se transformado em categoria-chave, inaugurando uma via alternativa, por onde transitam diferentes grupos sociais e de interesse. Por esse motivo, Almeida (1997) evidencia a importância da cautela ao abordar essas noções, necessitando-se definir melhor o que tais grupos significam,

por ser ainda uma noção genérica e difusa. Assim, o desenvolvimento sustentável abriga várias concepções e visões de mundo, formando um “guarda-chuva” que acolhe desde críticos das noções de evolucionismo e modernidade a defensores de um capitalismo verde, que buscam um resgate da ideia de progresso e crença no avanço tecnológico (ALAMEIDA, 1997).

A discussão do tema da sustentabilidade, nas sociedades contemporâneas, encontra-se imersa na perspectiva da globalização, como uma nova forma de racionalizar o desenvolvimento do sistema capitalista (VARGAS, 1997). Na busca de conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação da diversidade ambiental, tem, no entanto, permanecido a lógica essencialmente predatória dos mecanismos de mercado paralelamente à expansão desmesurada da esfera econômica, embora “maquiado”, com o “rosto” de um desenvolvimento sustentável. A luta por uma nova organização social desenvolvimentista tem gerado tanto crescimento quanto pobreza (ALMEIDA, 1997).

Em análise retrospectiva, percebe-se que a emergência teórica do desenvolvimento sustentável oficial inicia-se na década de 1970, momento em que pressão ambientalista passa a ter um peso considerável nos países desenvolvidos. É nesse contexto de ex-

plosão ecológica que surge a conferência sobre “Meio ambiente humano”, organizada pelas Nações Unidas em 1972. Nessa conferência se estabelecem os princípios norteadores do desenvolvimento sustentável. No mesmo ano Meadows e outros pesquisadores publicam *Limites do crescimento*. Essa discussão, que defendeu a tese do crescimento zero ao evidenciar a tese malthusiana, significou um ataque direto à apologia do crescimento contínuo da sociedade industrial e uma crítica indireta às teorias do desenvolvimento que se basearam nela (GÓMEZ, 1997).

Em comparação com as discussões da década de 1970 (proposta de ecodesenvolvimento, declaração de Cocoyok, relatório Dag-Hammar-skjöld), o relatório da comissão Brundtland, publicado em 1987, mostrou um grau elevado de realismo, não escapando à hegemonia do mercado, nitidamente explicitada quando, na introdução, a sra. Brundtland salienta que as sociedades contemporâneas necessitam de uma nova era de crescimento econômico, um crescimento vigoroso e, ao mesmo tempo, social e ambientalmente sustentável. Sempre em tom diplomático, a crítica à sociedade industrial tem, em comparação com os documentos anteriores, um espaço bastante diminuído (IANNI, 1996).

Conhecido no Brasil também pelo título *Nosso futuro comum*, o relatório conceitua desenvolvimento sustentável como aquele que busca racionalizar a utilização dos recursos naturais não renováveis, de modo a adequar a necessidade de desenvolvimento do presente, sem comprometer o desenvolvimento das gerações futuras.

Nessa concepção de sustentabilidade é possível observar semelhanças com a perspectiva da competitividade, que representa a nova dinâmica de expansão do sistema capitalista, denominada de globalização econômica, produtiva e financeira, intensificando a hegemonia do mercado contra o Estado, ou, ainda, o domínio da economia sobre a política e contra a sociedade. Assim, nesse novo padrão de competitividade, compreendido como a capacidade de uma empresa, através de estratégias concorrenciais, manter uma posição sustentável e duradoura no mercado, estabeleceu-se um mundo transnacionalizado economicamente (VARGAS, 1997).

A eficiência da produção, mesmo que às custas de uma ineficiência social e ambiental, é uma realidade no quadro de um capitalismo de mercado. Os desencantos são de toda ordem e natureza e se multiplicam por todos os campos. Nesse contexto, a ciência econômica

é uma ciência cuja matematização e formulação são cada vez mais rigorosas, mas essas qualidades contêm uma abstração que se separa do contexto social, político e cultural. Ela conquista sua precisão formal esquecendo a complexidade de sua situação real (MORIN; KERN, 1995, apud BECKER, 1997, p. 58).

Esse desencanto aparece de forma mais contundente quando observado mais de perto o desenvolvimento humano recente. Pode-se entender como um desenvolvimento estreito, predatório e concentrador, pois menos de um quarto da população mundial consome 80% dos bens e mercadorias produzidas pelo homem; depredador, tendo em vista que menos de 25% da população mundial vivem nos países ricos, consumindo mais de 75% da energia; que rejeita em seus guetos os excluídos do desenvolvimento (MORIN; KERN apud BECKER, 1997).

O desenvolvimento humano reduziu-se ao desenvolvimento econômico, tendo sido excluídas as demais dimensões da vida e da espécie humana. Crescentemente os desencantos estão fazendo parte do cotidiano dos desenvolvimentistas, progressistas e cientistas, entre outros desencantados, que descobriram também que o próprio processo de produção da riqueza produz a pobreza. O aprofundamento do capitalismo tem marcado a inversão dos meios econômicos em fins, fenômeno apoiado na produção pela

produção, na criação incessante de necessidades visando à acumulação e caracterizado por estar centrado na racionalidade econômica, em detrimento de outras racionalidades (STAHEL, 1995, apud BECKER, 1997).

Quando se olha para trás, para ver em que medida se evoluiu, tem-se a sensação de que o adjetivo “sustentável”, associado ao “desenvolvimento”, significa para a ideologia dominante tão somente “durabilidade”. Parece confirmar-se, assim, uma observação cáustica de Acselrad e Leroy (2006, p. 4): “Depois de ter tornado o ‘desenvolvimento’ universal, já que ninguém lhe escapa de agora em diante, inclusive os pobres, é necessário fazê-lo eterno.”

Na mesma linha de raciocínio, a Conferência Mundial sobre o meio ambiente (Rio-92), ao elaborar seu documento final, a Agenda 21, produziu uma obra de amplo consenso diplomático. Ao se referir aos países ricos, estimula-os a procurar “padrões sustentáveis de consumo”, preocupa-se com o “combate à pobreza”, quer o “fortalecimento do papel dos grupos principais”, embora, ao mesmo tempo, mantenha o mercado e a economia como categorias centrais. A Agenda 21 afirma a relevância da economia ao identificá-la como motor do desenvolvimento sustentável (ACSELRAD; LEROY, 2006).

No entanto, a preocupação de articular a economia ao “combate à pobreza” e à preservação dos recursos naturais é deixada em plano acessório. As políticas econômicas recomendadas vão permitir mais lucros ao mercado, à medida que melhores condições alimentares ou de saúde estão à margem desse processo.

A Agenda 21 deu novo fôlego ao velho desenvolvimentismo. Com o fracasso do projeto desenvolvimentista do pós-guerra, dada a persistência da fome e da pobreza, a idéia de desenvolvimento sustentável seria um recurso utilizado para apoiar a própria ideologia do desenvolvimento. Essa ideologia é o recurso do poder (poder hoje multifacetado e aparentemente diluído entre muitos atores, mas que poderia ser exemplificado pelo poder dos EUA, que o cristalizam à perfeição) para garantir a sua reprodução pela persuasão (ACSELTAD; LEROY, 2006, p. 7).

Visando não conferir o tom da inviabilidade do desenvolvimento sustentável, apresenta-se o que Almeida (1997) identificou como as duas concepções principais, de forma polarizada, na discussão sobre o tema. Em um polo, que pode ser considerado dominante, está a ideia da sustentabilidade como sendo gestada dentro da esfera da economia, incorporando-se a natureza à cadeia de produção. Essa concepção aponta para os novos mecanismos de mercado como solução para condicionar a produção à capacidade

de de suporte dos recursos naturais. Aqui se objetiva a regulamentação mercantil sobre a natureza, fazendo com que a luta social pelo controle dos recursos naturais passe pelo mercado, e não pela dimensão política. No outro polo, se evidencia uma ideia que tenta romper a hegemonia do discurso econômico, indo para além da visão instrumental, sugerindo um desenvolvimento sustentável que garanta a diversidade democrática. Veja-se:

Aqueles que defendem essas posições acham que, por mais que os mecanismos do desenvolvimento sustentável possam minimizar o impacto da produção e do consumo sobre os recursos naturais, são apenas dispositivos construídos dentro de uma racionalidade econômica que deveriam antes de tudo estar submetidos às decisões políticas das sociedades. Seria importante, pois, inverter a premissa que está na base do pensamento economicista... A economia não deve ser tomada como instituinte do campo social, mas instituída por este; as alternativas para o futuro são escolhas que devem se dar fundamentalmente no campo da política (ALMEIDA, 1997, p. 24).

O autor prossegue evidenciando que nessa concepção a democracia, o respeito à diversidade cultural, à biodiversidade natural e à participação política dos indivíduos, resultam de opções políticas, acarretando o deslocamento da racionalidade econômica para o campo da ética. Centra-se a discussão nos valores que determinam concepções do que sejam necessidades humanas. Nessa perspectiva,

questiona as possibilidades de conciliação entre o socialmente equitativo, ambientalmente equilibrado e economicamente eficiente e produtivo (ALMEIDA, 1997).

Os desafios estão postos para aqueles que lutam por uma nova forma de desenvolvimento, passando da economia para a ética, embora ainda dentro de um sistema capitalista, pois pensar desenvolvimento em outro modelo remete para uma discussão de difícil concepção e pouco profícua.

A hegemonia do paradigma do desenvolvimento sustentável em tempos de globalização: desigualdade e pobreza no Brasil

A lógica dominante do desenvolvimento sustentável convive e, ao mesmo tempo, confunde-se com o triunfo da lógica do mercado e com situações de extrema desigualdade no acesso e distribuição dos recursos naturais, econômicos e políticos entre as classes mais desprivilegiadas do anárquico mundo do capital. Nessa perspectiva, apresenta-se, a seguir, um breve retrospecto da pobreza e da desigualdade no Brasil.

De acordo com o estudo intitulado *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*, de Barros, Henriques e Mendonça (2000), no período de 1977 a 1999, o Brasil ratifica uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e altos índices de pobreza. Na visão dos autores, o Brasil pode ser compreendido como “um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 21).

Esse estudo empírico busca retratar como os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, que pode ser entendida como uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.

A pobreza não pode ser definida de forma única. Refere-se a situações de carência dos indivíduos. No estudo elaborado por Barros, Henriques e Mendonça (2000), considerou-se pobreza numa dimensão particular – de insuficiência de renda – na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que seja possível satisfazer as necessida-

des mais básicas. A partir da análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que, no período estudado pelos autores (1977-1999), o percentual de pobres declinou de 40% em 1977 para 34% em 1999. Por consequência do processo de crescimento populacional, apesar da pequena queda do grau de pobreza, a quantidade de pobres aumentou em torno de 12 milhões, passando de 41 milhões em 1977 para 53 milhões em 1999.

Para tentar explicar os determinantes dessa pobreza, os autores sugerem dois caminhos explicativos: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes. No entanto, ao longo do texto é demonstrado, de forma exaustiva, que a origem da pobreza no Brasil não deve ser associada prioritariamente à escassez de recursos, destacando que o país, apesar do enorme contingente da população abaixo da linha de pobreza, não pode ser considerado um país pobre. Visando esclarecer essa questão, comparou-se o grau de pobreza no Brasil com o observado nos demais países com renda *per capita* similar. Os resultados revelaram que o grau de pobreza no Brasil é significativamente superior à média dos países com renda *per capita* similar à brasileira, destacando a relevância

da má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional. Ou seja, enquanto no Brasil a população pobre significa 30% da população total, nos países com renda *per capita* similar à brasileira, esse índice representa menos de 10%. O relatório de Desenvolvimento Humano definiu como norma internacional que países com renda *per capita* equivalente à brasileira imputariam somente cerca de 8% de pobres na população total. Esse valor, segundo os autores, poderia ser associado estritamente à escassez agregada de recursos. Mas toda a distância do Brasil em relação à norma – cerca de 22% – deve-se, portanto, ao elevado grau de desigualdade na distribuição dos recursos nacionais.

No território brasileiro a desigualdade, principalmente a desigualdade de renda, é tão parte da história que adquire fórum de coisa natural. Assim, como já discutido anteriormente, a pobreza brasileira é determinada pelo extremo grau de desigualdade distributiva.

Os autores desenvolvem a análise da desigualdade a partir da interpretação de quatro medidas tradicionais: coeficiente de Gini; índice de Theil; razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres; razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a renda

média dos 20% mais pobres. O coeficiente de Gini e o índice de Theil são dois indicadores que revelam o grau da desigualdade de renda de uma realidade específica. As duas últimas medidas correspondem, em termos econômicos, a uma noção de (in)justiça social. Os dados são do Banco Mundial, do Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD) e dos PNADs.

Utilizando esses dados do Banco Mundial, realizou-se uma comparação internacional entre os coeficientes de Gini para tratar a estrutura da desigualdade. Os resultados revelam que apenas a África do Sul e Malawi têm um grau de desigualdade maior que o do Brasil. Numa outra elaboração dos autores a partir da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres, cerca de cinquenta países, o Brasil é o que apresenta maior grau de desigualdade; com renda média dos 10% mais ricos representando 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. Esse resultado coloca o Brasil distante no cenário mundial de níveis razoáveis, quando se discute justiça distributiva.

Os dados apresentados pelos autores não deixam dúvidas sobre a posição do Brasil no que tange ao grau de desigualdade, que figura entre os mais elevados do mundo. Dessa constatação, os autores derivam que o extraordinário grau de desigualdade de

renda no Brasil explica, em grande parte, o porquê de o grau de pobreza ser significativamente mais alto do que em outros países com renda *per capita* similar.

Quando analisam a evolução da desigualdade de renda no Brasil, o estudo é desenvolvido a partir das medidas de desigualdade descritas anteriormente. Nessa etapa do trabalho, também se destaca um elevado grau de desigualdade sem qualquer tendência de declínio. Isso é, o grau de desigualdade do ano de 1999 é muito similar ao do início da série estudada, final da década de 1970. Nas palavras dos autores:

A análise atenta do período de 1977/99 revela, de forma contundente, que muito mais importante do que as pequenas flutuações observadas na desigualdade é a inacreditável estabilidade da intensa desigualdade de renda que acompanha a sociedade brasileira ao longo de todos esses anos (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 38).

Um último destaque, com dados ainda mais perturbadores, revela que os indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população se apropriam de cerca de 50% do total da renda das famílias. Enquanto isso, no outro extremo, os 50% mais pobres da população recebem pouco mais de 10% da renda. Além disso, o 1% mais rico da população detém uma parcela da renda superior à recebida por metade de toda a população brasileira.

O período estudado pelos autores, de 1977 a 1999, é compatível com o período em que se instalou a nova ordem econômica mundial. Os resultados desse período, em síntese, buscam evidenciar que o grau de desigualdade na sociedade brasileira é um dos mais elevados de todo o mundo. Objetivam justificar, portanto, por que o Brasil, um país com renda *per capita* relativamente elevada, mantém, ao longo do período, cerca de 40% da sua população abaixo da linha de pobreza. Os autores também, ao investigar a evolução do grau de desigualdade de renda ao longo das últimas décadas, buscam inferir que, apesar das diversas transformações e flutuações macroeconômicas ocorridas nesse período, a desigualdade exibiu uma surpreendente estabilidade.

Importa referir que desde meados da década de 1980, os programas de estabilização macroeconômica e de ajustes estruturais impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, como condição para renegociação da dívida externa, levaram centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento.¹ Uma minoria social privilegiada acumulou riquezas em prejuízo da maior parte da população. Essa nova ordem financeira internacional foi nutrida, em grande parte, pela pobreza humana (CHOS-SUDOVSKY, 1999).

O mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização e liberalismo do comércio e privatização é indicado simultaneamente em mais de cem países devedores. Esse projeto provoca uma espécie de tutela econômica e a formação de um governo paralelo, localizado acima da sociedade civil, é estabelecido pelas instituições financeiras internacionais. Desempodera-se o cidadão e se remodela a soberania pelo esvaziamento dos Estados-nação.

Os países soberanos ficaram sob a tutela das instituições financeiras internacionais porque estas estavam endividadas, o que concedeu às instituições de Bretton Woods o poder de obrigá-los, por meio das “condicionalidades” anexas aos “empréstimos de rápido desembolso”, a redirecionar suas políticas macroeconômicas de acordo com os interesses dos credores oficiais e comerciais. A natureza desses acordos não favoreceu a economia real, pois nenhuma parte do dinheiro era reservada a investimentos. No entanto, outro importante objetivo era cumprido: os empréstimos de ajuste desviavam os recursos da economia doméstica e estimulavam os países devedores à importação de produtos de consumo dos países ricos. O resultado desse processo foi a estagnação econômica doméstica, ampliação da

crise do balanço de pagamentos e o crescimento do montante da dívida.

Os programas de ajuste estrutural, ancorados no argumento da necessidade, bem como na suposta manutenção da democracia, conduziram a um processo de enfraquecimento dos mecanismos de participação política e restrição da cidadania ao modelo da representação política simplesmente. O enfraquecimento do poder político do cidadão permite a perda de poder da soberania nacional e a repressão econômica se alastra sem discussões. A democracia cede às forças do mercado e os impactos sociais foram devastadores, demandando mudança de pensamento e de atitudes para reverter a situação.

O caminho para um novo desenvolvimento: da economia para a ética e para a política

De acordo com as reflexões elaboradas até esta etapa, fica evidente que ainda não se atingiu o já tão discutido desenvolvimento sustentável. A trajetória a ser perseguida parte do arcabouço teórico proposto por Amartya Sen, o qual busca fugir das simplificações que permeiam a teoria econômica, optando por uma abordagem multidimensional.

Segundo Sen (2000), considerar apenas indicadores econômicos para julgar desenvolvimento, é limitado por não reconhecer que o crescimento econômico pode ser um meio, mas não um fim para se estabelecer desenvolvimento. Não se pretende, aqui, afirmar que o aumento de renda não é importante para a redução da pobreza. Entretanto, pretende-se ressaltar que os recursos monetários são importantes meios de redução da pobreza e não fins para tal. O desenvolvimento humano está relacionado às oportunidades de desenvolver as aptidões e a criatividade das pessoas conforme suas necessidades e interesses, como prefere Sen volta-se para as *capabilities*.

O crescimento econômico e o aumento da renda devem ser meios para que se atinja o desenvolvimento social, este, sim, o objetivo final do desenvolvimento. Assim, o processo de desenvolvimento implica o aumento da liberdade, através da expansão das escolhas que as pessoas têm de levar a vida que desejam. O aumento dessas escolhas se dá através da expansão das capacitações dessas pessoas (PNUD, 2001). Na verdade, ter como objetivo de desenvolvimento o bem-estar humano não foi visado somente nos últimos anos. Essa meta se perdeu ou se confundiu ao longo do processo que visava à acumulação de ca-

pital. Como pode ser visto no relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2001:

Esta forma de olhar para o desenvolvimento, freqüentemente esquecida na preocupação imediata com a acumulação de bens e riqueza financeira, não é nova. Os filósofos, economistas e líderes políticos, desde há muito que enfatizam o bem-estar humano como o objetivo, o fim, do desenvolvimento. Como dizia Aristóteles, na Grécia antiga, a riqueza não é, evidentemente, o bem que procuramos, pois ela é útil apenas para obter outra coisa qualquer (p. 9).

Sendo o aumento de renda nacional um meio e não um fim, seu êxito dependerá da sua capacidade em expandir as escolhas das pessoas, aumentar suas capacitações para fazer e ser o que desejam. Amartya Sen propõe a abordagem das capacitações como uma forma multidimensional de analisar os processos de desenvolvimento e, conseqüentemente, o que o autor chama de “problemas antigos”, a pobreza (2000, p. 9). Nessa perspectiva, o desenvolvimento é concebido como um processo que garante a expansão das oportunidades das pessoas em levar as vidas que elas têm razão de valorizar (SEN, 2000). A partir da percepção em relação às liberdades dos agentes sociais (oportunidades econômicas, facilidades sociais, garantias de transparências etc.) é

possível identificar fatores cruciais que devem ser atendidos pela sociedade na promoção do processo de desenvolvimento. Os indivíduos são, então, percebidos “como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios” (SEN, 2000, p. 11). Todavia, não se está tratando aqui de uma visão ingênua ou romântica em relação à tomada de decisão desses agentes, que estão imersos numa realidade social que limita ou aumenta suas possibilidades de escolhas. No caso da análise da pobreza, essa noção está associada à ideia de os pobres serem aqueles que possuem oportunidades mais limitadas, seja por falta de acesso à saúde, à renda, seja por falta de acesso à educação. Esses aspectos constituem meios importantes para a possibilidade de aumento das escolhas individuais (por exemplo, adquirir alimento para estar bem nutrido).

A tentativa de complexificação da análise do desenvolvimento e das situações de pobreza envolve, então, uma possibilidade de perceber as situações sobre outros aspectos, além dos econômicos. Entretanto, poder-se-ia indicar que essa percepção ainda é refém de alguma excessiva quantificação, no que não se diferenciaria do utilitarismo, por exemplo, mas isso não é correto. Ao sugerir uma abordagem que valorize as possibilidades de aumento da liberdade individual, o

rompimento de Sen com a teoria econômica baseada preponderantemente em números é a inclusão, como fator crucial da teoria, das noções de meios e fins. Ou seja, é preciso distinguir entre meios e fins nos processos de desenvolvimento ou continuaremos tomando decisões políticas erradas que não alcançam os resultados sociais esperados apesar de alguns indicadores mostrarem situações satisfatórias.

A ressignificação do desenvolvimento sustentável a partir da mudança paradigmática da cidadania: participação política e empoderamento social

As transformações que a história vem registrando precisam ser analisadas, seus princípios fundamentais, a fim de que se possa localizar suas linhas de força e de fraqueza. A história não é somente a apresentação de fatos organizados cronologicamente e, se fosse vista de forma dinâmica, seria capaz de modificar a imagem da ciência (KUHN, 1991). O que muda? O homem, o ambiente, ambos? Nesse rumo é importante reconhecer que duas são as alternativas: ou se continua o processo de mudança perver-

sa, ou se aproveita a capacidade e as ferramentas existentes para reverter o caminho e partir para a conciliação entre todos e o todo.

A história, na maioria das vezes, revela uma dimensão de linearidade e cumulação da ciência que nem sempre existe. Porém, nem todo conhecimento é adquirido por soma, pois a mesma ciência pode obter conhecimentos incompatíveis entre si, de modo que aquele que conseguir se sobressair substituirá o anterior, total ou parcialmente, criando-se, com isso, uma descontinuidade. A linguagem comum, o ponto de partida de uma ciência, chama Kuhn (1991) de “paradigma”, no sentido de pré-requisito à percepção, isto é, de centro de radiação de uma ciência. Desse modo, quando se verifica a impossibilidade de sobrevida do paradigma, surgem inúmeras discussões e teorias até que se encontre um novo paradigma e com isso se deflagre a revolução científica e a ciência extraordinária. As discussões e teorias seguem se desenvolvendo e o paradigma se robustecendo. A partir de então se percebe que a tendência de toda ciência extraordinária é transformar-se em normal, onde é mais fácil identificar o progresso.

A ciência normal se comporta como se a comunidade científica tivesse o poder de compreender o mundo e como tal se articula no sentido de for-

çar a natureza a esquemas conceituais estabelecidos, inclusive, de forma arbitrária. Nesse momento, começam as investigações extraordinárias que levam a um novo conjunto de informações e tradições. As rupturas de paradigmas são revoluções científicas e a transição de um paradigma a outro por meio da revolução é o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida.

Analisando a historiografia, é possível entender que quando mudam os paradigmas muda o mundo, pois o olhar é orientado em novas direções e vê de forma diferente o já visto antes. O paradigma é pré-requisito para a percepção, então se veem coisas diferentes ao olhar para o mesmo fenômeno. Portanto, o desenvolvimento está relacionado inevitavelmente à noção de paradigma, quer seja aprimorando o detalhamento, atividade típica da ciência normal, quer seja pela ruptura paradigmática. Enfim, o avanço se dá em torno do paradigma. Envolve as descobertas, as quais são novidades relativas a fatos e à natureza e as invenções referentes à teoria.

Em sociedade o homem começou a interferir no curso natural para melhorar a sua própria condição, eis que o ambiente deveria ser dominado e reorientado de acordo com a trivialidade da vontade humana. Modificou-se, assim, a relação das pessoas com o

ambiente, antes de respeito e conciliação, agora de elemento a ser utilizado em prol da breve e mutante satisfação humana.

O desenvolvimento, nessa nova postura, assume valor e a partir daí a iniciativa e a engenhosidade humana começaram a ser recompensadas com poder. As sociedades progressistas passaram a ser entendidas como superiores culturalmente. Esse era o conceito de desenvolvimento para o Ocidente, pelo menos até a década de 1940, o qual significava simplesmente ocidentalização. Essa percepção se expandiu através da colonização e da educação para outros países, sob a falsa alegação de que a ocidentalização beneficiava a todos universalmente. A promessa era de libertação do estado de barbárie pela incorporação do comportamento ocidental, denominado civilizado. A tradição como que naturalmente era substituída pela modernização. “Permitia partilhar de descobertas estrangeiras. Deu origem ao patrocínio das potências mundiais – seu protecionismo, seu paternalismo e sua tecnologia” (CAIDEN; CARAVANTES, 1988).

Em paralelo, a sociedade continua seu caminho perseguindo o anúncio de desenvolvimento na velocidade da economia associada ao bem-estar, ora privilegiando um, ora outro aspecto desse fenômeno. Dessa maneira, o

desenvolvimento foi sendo ressignificado na trajetória humana, tornando-se complexo.

A expectativa de concomitância do crescimento econômico e do social como inafastável foi aniquilada, principalmente pelo fracasso das experiências neoliberais no final do século passado. Sabe-se da necessidade de ultrapassar as questões meramente econômicas para entendimento do desenvolvimento e do bem-estar social.

Deve ser dada atenção à ampla evidência de que a democracia e os direitos políticos e civis tendem a reforçar as liberdades de outros tipos (como a segurança humana) ao dar voz, pelo menos em muitas circunstâncias, aos carentes e vulneráveis (SEN, 2000, p. 378).

Mesmo que frequentemente se faça a pergunta de se a liberdade política “conduz ao desenvolvimento”, não devemos omitir o reconhecimento crucial de que as liberdades políticas e os direitos democráticos estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento. Sua relevância para o desenvolvimento não tem de ser estabelecida indiretamente através de sua contribuição para o crescimento do PIB (SEN, 2011, p. 381).

Quanto à segurança humana e ao poder político, pode-se dizer que a democracia possibilita à oposição oportunidade de pressionar por mudanças políticas. Conforme descrito, o desenvolvimento é um processo que ao avançar incorporou novas etapas, inclusive a jurídica, com a criação de direitos e deveres dele decorrentes.

Isso se refletiu na geração de direitos e consequentemente de garantias de implementação, além de proteção por meio de princípios e normas.

Como num sistema as partes não podem ser isoladas, sob pena de perderem o significado, o desenvolvimento conserva-se íntegro, somente com a coexistência de todas as suas faces. Atendendo a essa exigência, Sen a visualiza como expansão das liberdades reais, constituindo-se em instrumento e fim. Entretanto, as liberdades dependem de outros fatores, determinantes, que podem se converter em fontes de privação, como a pobreza, a tirania, a pouca oferta de oportunidades econômicas, a destituição social, a negligência de serviços públicos, a intolerância, ou a interferência excessiva dos Estados repressivos, ou seja, a sociedade nega liberdades (SEN, 2000, p. 17).

De outro lado pode contribuir com a sociedade na medida em que não dispensa a participação sociopolítica; ao contrário, enfatiza a sua necessidade tanto no sentido de ampliação do acesso aos produtos do desenvolvimento como nos estudos de viabilidade em face do incremento do risco. Abre-se espaço para o desenvolvimento consciente que valoriza a pesquisa e a produção científica sem desprestigiar o ambiente.

O mundo atual é uma realidade marcada pelo culto ao consumo, num espaço onde a humanidade adere sistemicamente a condutas as ações competitivas. Porém, as mesmas bases técnicas fundadas no conhecimento, na unicidade da técnica e na convergência dos momentos podem servir à mudança comportamental global. “Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”, resultado de um mundo fabricado pelo homem. “A partir de então se apresentam duas possibilidades: a) globalização como fábula; b) globalização perversa (mundo real); c) uma outra globalização (o mundo como poderá ser)” (SANTOS, 2002, p. 17-18).

Na sociedade ocidental capitalista o desenvolvimento concebido a partir da perspectiva do crescimento econômico despertou e aprofundou a discussão sobre a complexidade social. Os fenômenos são multidimensionais, o que corrobora a quantidade de ângulos diferentes que os problemas podem ser encarados. O crescimento econômico deixou de ser panaceia e auxiliou na transformação do próprio conceito de desenvolvimento. O mercado não pode ser ignorado, pois é capaz de provocar mudanças e influenciar opiniões, podendo gerar bem-estar e inclusão, como também exclusão e desigualdade.

O atual padrão mundial de acumulação e desenvolvimento, assentado no domínio das informações, do saber e das novas tecnologias – e não apenas do capital e do poder de coerção – reduz a oferta de empregos produtivos e reforça as tendências de exclusão social. Ao valorizar a competição que favorece o mais poderoso e/ou mais apto (e nesse sentido revalorizando a desigualdade em detrimento da solidariedade, da justiça e da equidade), a reestruturação em curso vem estimulando conflitos sociais, religiosos, nacionais, étnicos e transformando os trabalhadores em população descartável (VIEIRA, 1998, p. 90).

A cidadania, inegavelmente, tem substrato histórico, e enquanto discurso jurídico serve a dois senhores, pois ao mesmo tempo em que legitima a noção de participação ligada à estreiteza da representação política, importa também na abertura de espaço para a efetiva mobilização e participação cidadã. Aparece como um dos elementos centrais, enquanto emergência de práxis no encontro/desencontro entre autoritarismo e democracia.

A trajetória do discurso da cidadania, tanto fundamento teórico como prática normatizada, tornou-se um dos pontos de impacto na história, sendo relevante no processo de transformação do Estado, pois não existe em si como um corpo separado, mas, sim, como parte da sociedade e com ela interagindo recebendo e produzindo estímulos.

Trata-se de um direito ao amanhã, o qual não se apresenta como

uma resposta pronta e imediata, pois resulta de transformações em dimensões paradigmáticas no quadro de sistemas de valores existenciais. Busca comprometer definitivamente o homem com a preservação da existência em todas as suas modalidades, bem como supressão de um modelo societário que mantém aceleradas as tendências destrutivas comandadas pelo mercado.

Conclusão

A pobreza tem sido mantida e até ampliada pelo processo de reestruturação econômica, imposto pelos credores internacionais aos países em desenvolvimento desde o começo da década de 1980. Essa reestruturação econômica mundial sob a orientação das instituições financeiras negou aos países em desenvolvimento a possibilidade de construir uma economia nacional e uma soberania forte. A internacionalização da política macroeconômica transformou países em territórios econômicos abertos e economias nacionais em “reservas” de mão de obra barata e de recursos naturais. Cidadãos foram transformadores em consumidores.

As consequências sociais do ajuste estrutural são reconhecidas pelas instituições financeiras internacionais. Contudo, a metodologia imposta

considera que os efeitos colaterais indesejáveis não fazem parte do modelo econômico, pois pertencem a um setor à parte: o setor social. Evidencia-se, no entanto, que não será possível encontrar respostas diretas à estabilidade da desigualdade e da pobreza no Brasil, e, sim, subsídios que farão referência a condicionamentos, efeitos e influências internacionais.

A situação de crise socioambiental reclama por uma cidadania mais social, direitos e participação política, aludindo ao pertencimento, ao todo. As deficiências são muito mais no que se refere ao pertencimento do que à própria participação política e, gize-se, sem a independência social, sem liberdade, não há pertencimento, mas dominação.

Vivem-se tempos de desordem, o que leva a uma interpretação positiva, pois é estímulo necessário para a transformação. São tempos que precisam reconsiderar a memória e afirmar uma nova pedagogia emancipadora. Requerem audácia e, sobretudo, sensibilidade para criar novas esperanças. Esperanças essas voltadas para a reconciliação entre as pessoas e entre as pessoas e o ambiente.

About sustainable Development: reflective analysis of power and social relations

Abstract

This article examines the social relations involved in the paradigm of sustainable development. The socioenvironmental crisis reveals the nuances of power, rooted in globalization and poverty. We discuss ways to sustainable development, through an analysis that seeks to restore its ethical and political dimension, emphasizing that, in a capitalist economy and unequal as the Brazilian one, it's not possible to discuss sustainability without facing inequality and poverty. Finally, we analyze the development reflexively from consolidation and breaking of paradigms and it is presented political participation as a strategy for social empowerment and construction of a new citizenship.

Keywords: Citizenship. Power. Social relations. Sustainable development.

Nota

- ¹ O livro *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial* constitui o referencial teórico básico para a discussão nesta seção.

Referências

- ACSELRAD, H.; LEROY, J. P. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Disponível em: < www.brasilsustentavel.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2006.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. p. 17-26.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. p. 21-47.
- BECKER, D. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D. *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. p. 27-94.
- BRÜSEKE F. J. Desestruturação e desenvolvimento. In: FERREIRA L. C.; VIOLA, E. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 103-132.
- CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. In: CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: Educs, 1988.
- CARTA CAPITAL. *A miséria em carne e osso*. Disponível em: <www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2005.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- GIDDENS, A. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-16; 17-30; 77-102.
- GÓMEZ, W. H. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. In: BECKER, D. *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. p. 95-116.
- IANNI, O. Globalização e diversidade. In: FERREIRA L. C.; VIOLA, E. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 93-102.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. Trad. de J. Guinsburg. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- PNUD. *Relatório de desenvolvimento humano*. 2001: Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano. 2001. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 17 maio 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SEN, A. *A ideia de justiça*. Trad. de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SEN, A. K. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEN, A. K. *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VARGAS, P. R. O insustentável discurso da sustentabilidade. In: BECKER, D. *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997. p. 207-238.
- VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- WORLD BANK. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial (World Development Report) 2000/2001: luta contra a pobreza*. Oxford: Oxford University Press, 2000.